

O JORNAL COMO FONTE
DE PESQUISA HISTÓRICA
E ANTROPOLÓGICA:
ENTRE O MONOLOGISMO
E A POLIFONIA

*The newspaper as a source of historical
and anthropological research:
between monologue and polyphony*

ALINE MARIA MÜLLER
aline.muller@hotmail.com
Universidade de Coimbra

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-1_11

Recebido em setembro de 2014

Aprovado em janeiro de 2015

Biblos. Número 1, 2015 • 3.^a série
pp. 269-286

RESUMO.

A pós-modernidade implicou transformações nos diversos campos do conhecimento acadêmico. Esses câmbios também foram sentidos no campo do jornalismo, aonde uma retrospectiva crítica conduziu a reflexão sobre a forma de compor os produtos midiáticos, abrindo caminho para a construção de um texto jornalístico polifônico. Os jornais impressos, antes desprezados pelos historiadores, passaram a ser reconhecidos como importantes fontes de pesquisa histórica e antropológica. Após analisado e desconstruído, o texto jornalístico permite abordagens em diversos campos de pesquisa, como o das representações ou das construções sociais. O presente ensaio discute esses pressupostos teóricos, aplicando-os em um estudo de caso baseado no conflito ocorrido na Serra da Bodoquena (MS) na década de 1980.

Palavras-chave: *Polifonia; Monologismo; Representações; Jornais impressos; Antropologia*

ABSTRACT.

Post-modernity has brought changes to a number of academic disciplines. Those changes have also had an influence in the field of journalism, and in a critical retrospective may be said to have guided a reflection on the ways in which media products are constituted. This critical review contributes the constitution of a polyphonic journalistic text. The newspaper, formerly dismissed by historians is now recognized as an important resource for historical research. After analysis and deconstruction the journalistic text permits a range of academic approaches, such as representation and social construction. This article discusses these approaches and the theoretical assumptions underpinning them, and applies the results in a case study of a conflict in Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul (Brasil), in the 1980s.

Keywords: Polyphony; Monologism; Representations; Newspaper; Anthropology

INTRODUÇÃO¹

O presente artigo trava uma discussão acerca do jornal impresso como importante fonte de pesquisa histórica e antropológica. A trajetória dos produtos midiáticos utilizados no jornalismo resultou em um diversificado processo de construção da notícia. Indubitavelmente, a elaboração do texto jornalístico transita entre um modelo monologista e parcial e outro polifônico e democrático. Ao utilizar os jornais como fonte de pesquisa, o investigador deve interpretar o texto jornalístico, a fim de identificar seus limites e explorar suas potencialidades. A proposta de pesquisa abordada neste artigo é a de empregar métodos específicos de interpretação do texto jornalístico a fim de separar os conteúdos ideológicos subjacentes do fundo histórico investigado.

Indubitavelmente, os jornais impressos são fortes veículos de formação de opinião. Muitas vezes, percebe-se que os textos de formato parcial são responsáveis pela perpetuação de representações sociais pejorativas. Nas páginas que seguem é apresentado o subsídio teórico que auxilia o pesquisador na utilização do texto jornalístico como fonte de pesquisa histórica e antropológica, aplicando estes pressupostos teóricos em um estudo de caso acerca de um conflito ocorrido nos anos de 1980 entre indígenas e posseiros na região da Serra da Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul.

OS JORNAIS E A PESQUISA HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA: ENTRE O MONOLOGISMO E A POLIFONIA

O jornalismo, em sua trajetória histórica, passou por transformações críticas até chegar ao formato que hoje se apresenta ao público. A incorporação de novas técnicas permitiu aos produtos jornalísticos uma inserção mais interativa na sociedade, onde o fluxo de informações e a velocidade em que a notícia chega ao público atingiram um nível sem precedentes. Contudo, mesmo diante dessa trajetória dinâmica, durante muito tempo os jornais

¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio da CAPES por meio de concessão de bolsa de estudos de Mestrado.

impressos foram desprezados pelos historiadores enquanto fonte de pesquisa. Entre os motivos citados por De Luca (De Luca 2005) que levaram os historiadores a excluir o jornal como fonte de pesquisa histórica estão a falta de neutralidade, a carência de objetividade e a possível ausência de imparcialidade. Porém, a historiografia moderna reverteu esta situação, reconhecendo nos textos jornalísticos uma potencial fonte de pesquisa histórica. Cabe ao historiador interpretar o jornal enquanto fonte de pesquisa histórica, ou seja, segundo João Carlos de Souza, “Decifrá-los, identificar seus limites, analisar criticamente, desconstruí-los, são tarefas para o historiador, da qual nos ocupamos” (Souza 2008: 19).

Pode se dizer que o trabalho do jornalista guarda certos paralelos com o do historiador, pois este se apresenta como testemunha direta dos acontecimentos históricos, entrevistando atores sociais e construindo representações. Ainda que se tenha em mente a crítica da influência dos interesses editoriais na construção da notícia, por outro lado pode se afirmar que o jornalista possui certas vantagens em relação aos pesquisadores acadêmicos na questão do acesso aos grupos sociais em razão do espaço privilegiado que ocupa no imaginário popular. Acerca disso, o jornalista e professor da UNICAMP Alberto Dines comenta o seguinte:

O que importa no jornalista não é a facilidade de fazer contatos no sentido formal ou social, mas a abertura pessoal ou intelectual para temas e pessoas. A permanente ligação do jornalista com o fato que acompanha põe-nos diante de outra situação-chave. Trata-se da motivação levada ao passionalismo, ou desprofissionalizada — o engajamento (Dines 1986: 62)

Ou seja, é possível ilustrar a interação do jornalista com os facilitadores — ou entrevistados, ou informantes, ou fontes — a partir do conceito de relação dialógica de Cardoso de Oliveira (Oliveira 2006), lembrando que o termo “dialógico” vem de diálogo franco e aberto. Esta característica da atuação do jornalista não vem de uma habilidade técnica — como se dá entre os antropólogos — mas sim pela empatia que os jornalistas estabelecem com o público, talvez em razão da abertura intelectual e pessoal conforme apontado acima.

As palavras também são determinantes quando se trabalha com mídia impressa. Ao usar determinadas palavras é importante ressaltar que se deve reter suas inúmeras significações para não fazer mau uso dos termos, e essa ressalva aparece nos muitos manuais de jornalismo. Ao transmitir uma mensagem, palavras mal escolhidas podem ser interpretadas pelos leitores de maneira bem distinta daquela originalmente concebida pelo autor, e então é onde em algumas circunstâncias é difícil corrigir o que foi dito.

Cabe frisar que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (Bacellar 2005: 63). A imparcialidade é um ideal inatingível, mesmo nas ciências humanas. Entretanto, o jornalismo polifônico pode ser uma estratégia para evitar que esta ausência de neutralidade se converta em ferramenta política unilateral. Quando se utiliza o jornal como fonte de pesquisa, esta dificuldade teórica relacionada à neutralidade e à imparcialidade é acentuada. Em muitos textos jornalísticos o próprio repórter emite opinião a respeito do acontecimento, interferindo assim no julgamento do leitor. Este processo criativo a que o jornalista recorre para compor e dar uma face vendável às suas matérias e que por vezes traça um retrato ficcional de um episódio concreto é comentado por Gaspar Bianor Miotto da seguinte forma:

No jornalismo, a matéria que mais desperta interesse tem uma dose de invenção, de fábula, e de surpresa. Uma história humana não pode ser uma simples seqüência de fatos, como um conjunto de vagões que formam o trem. As notícias que circulam nas mídias, em boa parte não são previsíveis. São o resultado do espírito inventivo do jornalista ou da equipe de uma editoria (Miotto 2003: 47).

Este pensamento, indiscutivelmente, acompanha toda uma escola jornalística que faz deste princípio seu modo de operar. Desta forma, ficam evidentes a natureza, o caráter e as implicações das fontes jornalísticas em pesquisas históricas, na medida em que exige do pesquisador habilidade para dissecar a notícia, extraindo o fato a partir da expressão criativa, ou seja, traduzir o texto jornalístico livrando-o de toda possível carga ficcional.

Por outro lado, existe também uma corrente contrária que reivindica uma produção jornalística mais transparente, preocupando-se em deixar aparecer a voz dos atores sociais envolvidos. Os teóricos defensores desta linha de ação clamam pela desconstrução e reconstrução do processo jornalístico, cuja crítica levaria a uma nova versão dos produtos midiáticos, mais comprometidos ética, histórica e socialmente. Os jornais, neste prisma, seriam condutores entre o fato e o receptor, cabendo o juízo de valor ao que está na outra ponta do processo, o consumidor dos produtos jornalísticos. Um jornalismo assentado nestas bases acarreta em um novo valor dos produtos midiáticos para a história, bem como para outras áreas da humanidade, como a sociologia e a antropologia. Porém, garantir este status aos produtos jornalísticos é tarefa nada fácil. Para atingir este objetivo, uma das propostas é dar nova forma à linguagem jornalística. Trata-se de conferir uma natureza polifônica à linguagem como alternativa para a consolidação de uma nova corrente jornalística (Dalmaso, Silveira 2003).

Esta nova faceta polifônica aplicada ao jornalismo parece estar em sintonia com a nova demanda do meio científico e acadêmico, voltada para discussões filosóficas acerca da pós-modernidade. Em sua “Interpretação das Culturas”, Geertz (Geertz 1989) trata a cultura como teia de símbolos e a etnografia como representação polifônica desta cultura. Quando o autor estadunidense propõe uma etnografia de caráter polifônico assevera a importância de se deixar transparecer a fala dos nativos no texto etnográfico, conferindo à etnografia suas características de politização da figura do antropólogo ante seu objeto de estudo, evitando assim o problema da “autoridade etnográfica” presente em muitos textos. Estas preocupações típicas de uma formação pós-moderna no meio acadêmico, apesar de ter grande força na antropologia, não se limitou a este campo das humanidades. O reflexo do pensamento pós-moderno é sentido em muitos outros campos, incluindo a história e o jornalismo. Peter Burke (Burke 2006) ao apontar um modelo polifônico de história visando dar voz aos múltiplos atores sociais, demonstra que sua produção científica recebe influências do pensamento pós-moderno, alinhando-se com a nova tendência que se estabelece no jornalismo e na antropologia e que aqui é apresentada como uma via produtiva para a análise do discurso.

A sociedade contemporânea de essência plural faz com que seja necessário um constante diálogo multi e intercultural para que se atinja o equilíbrio social. A diversidade faz parte da vivência diária, e os múltiplos atores sociais, imersos em seus espaços de socialização pautados em diferenças culturais ou étnicas, clamam por um diálogo justo, simétrico e de respeito, reivindicando seus lugares no seio da sociedade nacional. Para tanto, se apropriam de discursos, comportamentos, normas e gostos, indicando-os. Por outro lado, também estão abertos a incorporações de condutas e produtos culturais diversos, acomodados no interior das culturas sem maiores problemas. Tal situação é apontada por Gordon Mathews (Mathews 2002) como uma nova forma de expressão das culturas, mais voltadas a um quadro pós-moderno, que o autor vai apelidar de “supermercado cultural”. Nesta perspectiva, condutas, hábitos de consumo, práticas gastronômicas, estariam dispostas diante dos atores sociais como os produtos em prateleiras de um supermercado, sendo que de acordo com as necessidades e os interesses estes atores fazem uso destes elementos culturais, incorporando-os ou excluindo-os.

Mas as pautas culturais não são somente decorrentes de um processo de livre escolha dos grupos sociais. Em muitos casos há uma forte influência do Estado sobre os comportamentos coletivos. Mathews (Mathews 2002: 29) faz algumas reflexões acerca do tema cultura, mercado e Estado, ressaltando este último na busca de seu poder: “Estados procuram justificar e legitimar sua busca de poder, moldando o pensamento de seus cidadãos por meio da educação pública e dos meios de comunicação de massa”. Essa citação vem de encontro com o tema tratado neste ensaio, pois ao fazer uma leitura dos jornais que configuraram o objeto de estudo, percebeu-se que o Estado — em suas instituições oficiais, como governo, órgãos de classe, etc. — influencia a forma como os meios de comunicação moldam as notícias, como se fossem uma “versão oficial” dos fatos, o que por sua vez também influencia os leitores.

Em decorrência destas influências eminentes sobre o texto jornalístico, o pesquisador deve estabelecer uma análise crítica do discurso jornalístico, conforme propõe a pesquisadora do Jornalismo e professora do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Nova de Lisboa, Cristina Ponte:

A análise crítica do discurso associa a perspectiva sociológica e política sobre o jornalismo como discurso social e a atenção particular à linguagem e às suas escolhas de realização em actos de comunicação. Orientada explicitamente para a agenda sócio-política, para a preocupação em inventariar e apresentar criticamente de que formas os discursos sociais podem contribuir para a reprodução ou a mudança de relações de poder, vem-se constituindo como uma área de estudo da linguagem e do discurso dos media (Ponte 2005: 218).

Voltando à questão da pós-modernidade para o campo do jornalismo, a sociedade plural espera dos meios de comunicação novos modelos de se fazer notícia, que acomodem as expectativas coletivas. Como visto acima, o jornalista normalmente se utiliza de fontes oficiais para dar forma às matérias, como organizações ou poder público, o que daria a impressão de passar a tal “versão oficial” dos fatos. Porém, existe a necessidade de se deixar comunicar outras vozes em torno do fato, e esta é a preocupação do jornalismo polifônico.

O problema é quando não há outras vozes que mostrem outros pontos de vista sobre esse fato, contrariando assim, a característica plural e diversa do grupo social, e transmitindo mensagens caracterizadas pela unilateralidade, a hegemonia, o monologismo (Dalmaso, Silveira 2003).

A mesma preocupação do etnógrafo em deixar as múltiplas vozes dos atores sociais ecoar pelo texto etnográfico deve permear o trabalho do jornalista a fim de construir um texto mais adaptado à realidade plural. Claro que se deve guardar as devidas diferenças, pois o texto etnográfico é um produto acadêmico, regido por uma rigorosa metodologia, ao passo em que o texto jornalístico está livre de tais amarras, sendo esta sua principal característica e o foco de suas mais severas críticas. Uma tênue linha, baseada na ética, é o que separa o texto jornalístico comprometido com o fato e com a sociedade do texto ficcional e sensacionalista. Como alerta Cremilda Medina (Medina 2008: 7), “Os atuais meios de divulgação acentuam a incomunicação. (...) Estamos longe da rede de comunicação em que se resgate a presença da pessoa,

se abram canais para os testemunhos anônimos. O diálogo é democrático; o monólogo é autoritário”.

INTERPRETANDO AS FONTES: O CASO DO CONFLITO NA SERRA DA BODOQUENA

Os aspectos acima teorizados foram verificados na prática em uma pesquisa acerca de um conflito histórico que se deu entre indígenas Kadiwéu e distintas categorias de produtores rurais na Serra da Bodoquena — estado de Mato Grosso do Sul, Brasil — nos anos de 1980. A referida contenda foi bastante divulgada e comentada na mídia sul-mato-grossense. De certo modo, as raízes do problema podem ser situadas na Guerra da Tríplice Aliança, quando o Governo Imperial do Brasil prometeu terras como forma de retribuição da participação desses indígenas na guerra. Porém, foi no processo de arrendamento das terras que a situação foi se agravando.

Por volta da década de 1980 os Kadiweu não tinham sua reserva claramente demarcada, pois as medidas fundiárias oficialmente adotadas pelo governo federal eram diferentes daquelas apontadas pelo governo estadual. Tal situação gerava muita instabilidade entre os membros da etnia. Paralelamente, na virada da década de 1970 a 1980 ocorreu um considerável crescimento do Distrito de Morraria do Sul, que se tornou um reconhecido centro de redistribuição de gêneros agrícolas produzidos por pequenos proprietários. Estima-se que a população, na época, alcançava cerca de três mil habitantes — dado não oficial obtido a partir de conversas com moradores do Distrito de Morraria do Sul, em setembro de 2009. Esta situação de prosperidade acabou por atrair mais camponeses para a região, que viam nas terras circundantes uma oportunidade para inserir-se nessa atividade econômica. Com o aumento da demanda pelos produtos lá cultivados ocorreu a expansão das áreas produtivas. Uma das alternativas foi o arrendamento das terras ocupadas pelos indígenas Kadiwéus. O impreciso processo de arrendamento, que contou com a conivência da FUNAI, foi o elemento principal que desencadeou o conflito de 1983.

As terras dos Kadiwéu iam do pantanal de Porto Murtinho às montanhas da Serra da Bodoquena. Entretanto, os conflitos incidiam sobre o território

concedido aos indígenas na medida em que grandes fazendeiros passaram a reivindicar parcelas de terras dentro da reserva indígena, questionando a extensão do território kadiwéu. Para elaborar um recorrido histórico sobre o conflito entre produtores rurais e indígenas na Serra da Bodoquena, ocorrido no ano de 1983, recorreu-se aos jornais da época.

Durante o conflito de 1983, jornais veicularam várias informações sobre o território Kadiwéu. Em muitas matérias jornalísticas foi abordada a contradição entre a demarcação sustentada pelo Governo do Estado e a original, feita pelo Governo Federal. O Governo do Estado sustentava que no ano de 1900 houve uma demarcação feita pelo Agrimensor José de Barros Maciel, que estipulou uma área de 373 024 hectares para os indígenas. Esta extensão de terra estava bem abaixo da medida original, concedida como forma de retribuição pela atuação dos Kadiweu na Guerra do Paraguai. No ano de 1982 foi realizada outra demarcação destas terras pela Funai, que retomou a medida original de 538 mil hectares. Evidentemente, o reconhecimento daquela parcela original deixou os fazendeiros e colonos insatisfeitos.

Os agricultores que se utilizavam de terras indígenas para suas lavouras foram definidos pelos jornais de duas formas: os colonos e os posseiros. Os colonos representavam o grupo de pessoas que haviam recebido títulos do Governo do Estado (desde o antigo Mato Grosso até o atual Mato Grosso do Sul), de terras que estavam situadas na margem dos aproximadamente 373 mil hectares defendidas pelo poder estadual como sendo o território Kadiweu. Com suas terras dentro dos domínios do território apontado como legitimamente Kadiweu pelo Governo Federal, os colonos passaram a defender a demarcação estipulada pelo Governo do Estado, reclamando seus títulos como instrumentos que atestavam a legitimidade de suas propriedades.

O grupo identificado como “posseiros” nos jornais pesquisados correspondia a invasores que se apropriaram de terras indígenas para suas lavouras. O uso do termo “posseiro” por parte dos jornais parece ser uma forma de dar legitimidade a uma ação ilegítima, haja vista que estes eram invasores e não detinham a posse legítima do território explorado.

Trocas de acusações entre os diferentes órgãos e atores sociais revezavam os culpados. Havia, segundo os jornais, tentativas de incitar conflitos entre co-

lonos e indígenas, enquanto órgãos públicos, organizações e fazendeiros faziam o papel de expectadores e, por vezes, de incitadores. As relações se tornaram mais tensas e os índios procederam com a expulsão de posseiros. O processo de expulsão se deu de maneira hostil, marcado pela destruição de plantações e incêndio de benfeitorias.

No ápice do conflito, os indígenas assassinaram o posseiro Manoel Ricardo da Silva e seu filho de 16 anos no dia 07 de março de 1983. Novamente houve trocas de acusações, onde ambas as partes apontavam os opositores como responsáveis. Para os colonos havia sido um ato de barbárie sem justificativa, como muitos outros anteriores. Já para os indígenas teria sido uma retaliação pelas tocaias feitas aos vigilantes e aos indígenas que teriam cobrado o valor dos arrendamentos dos posseiros da Fazenda Turumã (onde ocorreram as mortes).

Tal situação gerou instabilidade social na aldeia, levando os Kadiweu a levantar armas. As baixas não se limitaram às duas apontadas acima. Há jornais que relatam em torno de sete mortes e outras dezenas de feridos. Os dados são imprecisos, porém, segundo o *Jornal da Manhã* de 22 de julho de 1983, o número de mortos pode ter chegado a quinze. Os invasores e colonos expulsos — colonos que haviam arrendado terras indígenas ou que detinham a titulação estadual — buscaram refúgio no centro comunitário de Morraria do Sul. A partir daí se deu um processo de atritos e reivindicações que, no geral, se estendeu por muitos meses, até que colonos e invasores foram definitivamente removidos da região e assentados em outros locais comprados pelo poder público para tal fim.

O conflito de 1983 foi um marco na luta pelo reconhecimento oficial do território kadiwéu. Efetivamente, em abril de 1984 a reserva foi homologada. Entretanto, outros conflitos menores ainda foram registrados por vários anos após a homologação entre 1985 e 1992.

ESTABELECENDO A ANÁLISE DOS JORNAIS

Os jornais utilizados como objeto de pesquisa foram os seguintes: o *Jornal da Cidade*, o *Jornal da Manhã*, o *Correio do Estado* e o *Diário da Serra*. A escolha por estes jornais se deu por serem impressos na capital do estado — Campo

Grande, onde se supõe ter mais fluxo de informações. As consultas a estes quatro jornais propiciaram a compreensão do fato histórico do conflito na Serra da Bodoquena nos anos 1980 a 1984. A análise foi feita focando dois objetivos principais: abordar a representação dos indígenas na mídia impressa e revelar os conteúdos ocultos expressos em palavras-chave carregadas de simbolismos capazes de incutir opinião nos leitores.

Na medida em que as consultas iam se avolumando, observou-se que os jornalistas da época, ao relatarem o acontecimento, claramente emitiam opinião. Esta emissão sugestiva da opinião do autor da matéria ocorria tanto no início do texto quanto no final, quase como se refletisse uma estratégia de manipulação: primeiro a evocação da opinião, consolidando-a com sua reafirmação no final da matéria.

A análise do texto trouxe evidências da manutenção dos estereótipos mais comuns, com suas origens históricas antigas, mas que trazem efeitos devastadores em termos de relações interétnicas. A repetição de termos específicos, como *silvícola* remete a um divisor étnico, onde o indígena aparece como aquele que vive apartado do ideal civilizatório. A grande maioria das matérias nos diversos jornais remete a um modelo monologista, em que apenas um dos lados envolvidos é retratado. O outro lado, o silenciado é aquele que sofre opressão política, aquele que não fala, mas é falado. O lide foi muito empregado nas matérias como forma de incutir uma ideia do conflito (normalmente monologista) já nos primeiros momentos da leitura do jornal. O ideal civilizado ligado à atividade agrícola aparece no discurso jornalístico como uma possibilidade de tirar os índios de uma condição tida por “selvagem”. A produção agrícola, dessa forma, seria o que aproximaria os indígenas das qualidades desejáveis pela sociedade.

Percebeu-se claramente um discurso pejorativo, que coloca em contraste os dois opostos da tensão rural: os agricultores que produzem em oposição ao índio que molesta e que é improdutivo (vide Figura I). O termo aculturado ou semi-aculturado é repetido como argumento dos produtores rurais e entidades ligadas ao setor agrícola para reivindicar uma condição de não-indígena ou de semi-indígena, ou seja, aquele de quem se deveria retirar todos os direitos constitucionais por representarem uma “farsa”.



Figura I:
Jornal *Correio do Estado* de 17 de abril de 1980

Por vezes, os textos procuravam dar uma dimensão bem maior do conflito, aproximando-o de uma guerra ao usar precisamente este termo ou o de “guerrilha” associado com refugiados (Figura II). Isso eleva a dimensão das ideias incutidas, pois a mídia ocupa um importante papel na constituição do imaginário popular. A aura de veracidade que atribuímos especialmente aos jornais impressos faz com que muito do que neles é publicado acabe se incorporando às representações coletivas.

Desta forma, entende-se que as representações que traduzem o outro são historicamente constituídas e que o mesmo objeto pode ser possuidor de

imagens mentais muito díspares. Constitui-se, portanto, um campo de pesquisa extremamente fértil, permitindo que as análises das representações sejam um veículo para melhor compreender o outro e a nossa própria relação com este outro. É indiscutível que a sociedade nacional guarde uma imagem distorcida acerca dos indígenas, calcada em estereótipos.

Ao lermos uma matéria num jornal, raramente nos damos conta de que é apresentada uma realidade que foi extraída do contexto original e convertida em uma representação num outro contexto. Toda reportagem, na verdade, apresenta fragmentos dessa realidade e a transfere para outro contexto, que agora vem a ser o do próprio jornal. Não lemos realidades, lemos representações das realidades. No caso aqui abordado, estas representações em alguns casos sustentam imagens depreciativas.



Figura II:
Jornal Diário da Serra, de 9 de março de 1983.

A análise do texto jornalístico seguiu a metodologia proposta por Alcida Rita Ramos (Ramos 1998), que parte da decomposição do texto em palavras-chave como forma de rastrear conteúdos ideológicos subjacentes. Desta forma, identificou-se nos jornais pesquisados a existência de duas categorias de palavras chave: “palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos” e “palavras-chave que alteram a percepção do leitor”.

palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos	palavras-chave que alteram a percepção do leitor
Preguiçosos	Guerra
Imbecis	Guerrilha
Mato	Abusos
Primitivo	Aculturado
Selvagem	Posseiros (referindo-se a invasores)
Silvícola	“Armados até os dentes”
Incapazes	Intimidação

Tabela I:
palavras-chave identificadas

No caso dos jornais analisados, o leitor, que evidentemente não presenciou o ocorrido, acaba por ser conduzido a um raciocínio parcial e depreciativo, tomando por suas as idéias monologistas sustentadas pelas respectivas linhas editoriais. Neste momento os jornais acabam por ferir a principal regra do jornalismo: a de ouvir todas as partes envolvidas e dar direito de expressão aos diretamente afetados pelo texto publicado. No caso, o silêncio destes jornais acaba por dizer muito sobre a política editorial, que considera os indígenas indignos ou incapazes de expressar suas opiniões a respeito do que é publicado. No caso, pior que anônimos, os indígenas ora são classificados como únicos culpados do conflito, condenados pela mídia sem julgamento ou direito de resposta. A seguinte regra estrutural se apresenta: silêncio = culpabilidade = barbarismo.

Mudar as mentalidades a fim de dissolver tais imagens depreciativas que a população guarda é um processo longo. A tarefa se torna ainda mais difícil se considerar que desde que a criança passa a frequentar a escola é ensinada a ver o índio como personagem folclórico, presente em contos e mitos. Dessa forma, ao desfolhar os livros de história, representações preconceituosas são replicadas e perpetuadas. A obrigatoriedade da inserção de conteúdos de história indígena nos currículos escolares é uma medida que objetiva mudar esta situação.



Figura III:
Jornal da Manhã, 23 de abril de 1983, p. 5.

Na imagem acima (Figura III) — o jornal se utiliza de um personagem similar ao popular “papa-capim” de Maurício de Souza — é possível entender um discurso inerente, que trata do índio como reflexo de uma representação: só é índio o que tem flecha e anda trajado “a caráter”; o índio aqui perdeu sua flecha, que simboliza sua cultura; está em busca de seus laços com aquilo que o converte em “índio de verdade” — a sua flecha. O índio aqui perdeu sua flecha, ou seja, perdeu sua cultura. No contexto conflitivo a que veio à luz, esta caricatura é uma ironia (disfarçada de inocência) da suposta perda de identidade dos indígenas que agora “precisam da nossa ajuda”.

Trabalhar o imaginário e as representações negativas constituídas acerca dos indígenas nas sociedades nacionais, como lembra Paulo Suess (Suess 1997) é um imperativo pedagógico, pois só assim será possível vislumbrar mudanças significativas nas atitudes da sociedade brasileira diante das alteridades e diálogos interétnicos visando à construção e consolidação de políticas de tolerância.

BIBLIOGRAFIA

- Bacellar, Carlos (2005). “Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos”, Pinsky, Carla B., Pinsky, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- Burke, Peter (2006). *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dalmaso, Silvana Coppeti, Silveira, Ada Cristina M. da (2003). “A natureza polifônica da linguagem: uma alternativa para o jornalismo”, id., *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: UFSM.
- De Luca, Tania Regina (2005). “Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos”, Pinsky, Carla B., *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- Dines, Alberto (1986). *O papel do jornal*. São Paulo: Summus.
- Geertz, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Mathews, Gordon (2002). *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru, SP: EDUSC.
- Medina, Cremilda de Araújo (2008). *Entrevista: O diálogo possível*. 5 edição. São Paulo: Ática.
- Miotto, Gaspar B. “A invenção da notícia”, Ada Cristina M. da Silveira, (2003). *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: UFSM.
- Oliveira, Roberto Cardoso de (2006). *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.

- Ponte, Cristina (2005). *Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular.
- Ramos, A. R. (1998). *Indigenism. Ethnic Politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Souza, João Carlos de (2008). *Sertão Cosmopolita: tensões na modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda.
- Suess, Paulo (2008). "Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto históricos dos outros", Antonio Sidekum. *História do imaginário religioso indígena*. São Leopoldo: Unisinos.